

UM PRECURSOR DO MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA: AS CONTRIBUIÇÕES DE CARNEIRO LEÃO

*Josie Agatha Parrilha da Silva**
*Maria Cristina Gomes Maclado***

RESUMO

Este artigo foi elaborado a partir de uma pesquisa sobre as propostas educacionais de Carneiro Leão (1887-1966). Este educador, nas primeiras décadas do século XX, dedicou-se a causa educacional, apresentando uma proposta de educação popular. Acredita-se que suas idéias contribuíram para a elaboração do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). Para confirmar a veracidade desta afirmação realizou-se uma comparação entre as idéias contidas no citado Manifesto e as idéias de Leão, expressas nos livros *O Brasil e a Educação Popular* (1916) e *Problemas de Educação* (1918). Pode-se afirmar que apesar da proximidade das idéias de Leão e do Manifesto, existem dois pontos em discordância, uma quanto a questão da laicidade e outra quanto a centralização do ensino pelo Estado. Sabe-se ainda que Carneiro Leão não assinou o citado documento. A partir de uma carta de Fernando Azevedo (1894-1974) dirigida a Anísio Teixeira (1900-1971), em 1932, levantou-se hipóteses a respeito da não assinatura de Leão no Manifesto dos Pioneiros.

Palavras-chave: instituições educacionais, pensamento pedagógico; Carneiro Leão.

* Especialista em Educação e Mestranda pela Universidade Estadual de Maringá.
** Doutora em Filosofia e História da Educação pela UNICAMP. Professora do Curso de Pedagogia do Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Maringá.

ABSTRACT

This paper was based on a research of the education propositions of Carneiro Leão. During the early XX Century, this educator dedicated his activities to the education cause, presenting a proposal for popular education. It is believed that the ideas of Carneiro Leão contributed to the elaboration of the Manifest of the New Education Pioneers (1932). With purpose to check the veracity and to confirm this though, we made some comparisons of the ideas of the cited Manifest and Leão's own ideas, published in the books: *Brazil and Popular Education (O Brasil e a Educação Popular; 1916)* and the *Problems of Education (Problemas de Educação; 1918)*. We can confirm that besides de proximity of Leão's own ideas and those of the manifest, there are two discordant aspects. The first is the secular issue and the second is the teaching centralization by the state. In addition, it is known that Carneiro Leão did not sign the manifest. Based on a letter of Fernando Azevedo (1894-1974) sent to Anísio Teixeira (1900-1971) in 1932, the hypothesis that Carneiro Leão had not signed the Pioneers Manifest came up.

Key-words: education institutions; pedagogical thought; Carneiro Leão.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) foi um documento que marcou profundamente a educação brasileira, sendo que algumas de suas propostas educacionais refletem-se nesta ainda hoje. Acredita-se que dos questionamentos e discussões que antecederam esse documento, fizeram parte as idéias educacionais de Carneiro Leão (1887-1966). Esse autor, nas primeiras décadas do século XX, publicou artigos e realizou conferências com o intuito de apontar as dificuldades educacionais brasileiras e propor soluções para as mesmas. Este trabalho se propõe verificar as contribuições de Leão para o Manifesto dos Pioneiros, através da comparação de suas idéias contidas nos livros *O Brasil e a Educação Popular (1916)* e *Problemas de Educação (1918)* com as do documento, bem como divulgar uma carta de Fernando Azevedo (1894-1974) a Anísio

Teixeira (1900-1971), em 1932, solicitando a assinatura de Carneiro Leão no Manifesto dos Pioneiros. Leão, além de escrever artigos, realizar discursos e publicar livros sobre o tema da educação, contribuiu com a reforma educacional de Pernambuco (1928-1930). Foi ainda fundador e primeiro presidente da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924, entidade que organizou o Manifesto dos Pioneiros. Araújo (2003) apresenta sucintamente sua vida e obra. Utilizou-se como material de pesquisa os livros acima citados do autor, o documento conhecido como Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, e livros que favoreceram a fundamentação histórica do período.

As primeiras décadas do século XX, no Brasil, foram marcadas por grandes transformações, como nos recorda Nagle (1976). Ocorreram alterações políticas, econômicas, sociais, educacionais e ideológicas que culminaram com a Revolução de 1930, Getúlio Vargas tornou-se chefe do Governo Provisório, dando início à República Nova ou *Era Vargas*. No mesmo ano, foi criado o Ministério da Educação e Saúde. Os educadores participantes da ABE convocaram uma Conferência Nacional visando a pressionar o governo a definir e assumir uma política nacional para a educação. Vargas foi convidado a participar e, em seu discurso, convocou os educadores para:

“[...] encontrarem a *fórmula feliz* que definisse o *sentido pedagógico* da Revolução de 1930, que o governo se comprometia a adotar na obra em que estava empenhado de reconstrução do país” (LEMME, 1984, p. 264).

Em atendimento a este pedido, foi elaborado o documento destinado ao povo e ao governo que continha “as diretrizes de uma verdadeira política nacional de educação e ensino, abrangendo todos os seus aspectos, modalidades e níveis” (p. 265). Nasce assim, o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, documento que propunha a criação de um sistema educativo para atender às novas diretrizes econômicas, políticas e sociais, pela via da Escola Nova.

Após estudar as duas obras, já citadas, fica evidente que muitas das idéias de Leão estavam em sintonia com questões sociais de seu

tempo. Destacou a importância de ampliar a educação para o povo e que esta deveria ser diferente da existente, que era literária e livresca. Propôs uma nova educação, que contribuísse para o desenvolvimento integral do homem, preparando-o para o trabalho, tornando-o apto a atuar no novo modelo econômico capitalista. Na seqüência, comparam-se idéias de Leão com as contidas no Manifesto dos Pioneiros.

Leão (1918, p.28), ao defender o ensino a todo o povo e não apenas a uma minoria, justificava que “a renovação da nossa pátria e a afirmação de sua grandeza futura, estão, pois, direta e imediatamente ligadas à organização da educação popular.” Para isso, seria preciso “um movimento enérgico em prol da escola, da instrução, da educação para o povo” (p. 49). No Manifesto dos Pioneiros, também havia preocupação com a educação voltada para o povo: “está no dever indeclinável de não admitir, dentro do sistema escolar do Estado, quaisquer classes ou escolas, a que só tenha acesso uma minoria, por um privilégio exclusivamente econômico” (TEIXEIRA, 1984, p. 413).

Leão (1917, p.95) acreditava que o ensino deveria ser expandido, mas não nos moldes existentes, e sim por meio de uma nova educação que desenvolvesse integralmente a pessoa: “[...] a formação completa do indivíduo, físico, intelectual e moral [...] já se compreendendo como a elaboração completa da personalidade, uma disciplina que se deve dirigir inteligentemente para auxiliar a formação do homem em todas as fases do seu desenvolvimento”. No Manifesto dos Pioneiros colocava-se que a educação

“tem, por objeto, organizar e desenvolver os meios de ação durável, com o fim *dirigir o desenvolvimento natural e integral do ser humano em cada uma das etapas de seu crescimento* de acordo com uma certa concepção de vida” (TEIXEIRA, 1984, p. 410).

Outra questão levantada por Leão (1918, p. VIII) foi a importância da educação para a adaptação do homem à nova sociedade que se formava, devia-se “evidenciar a evolução humana, mostrando o papel da educação neste desenvolvimento, para indicar

os processos de adaptação brasileira à hora presente do mundo". Questão que também encontrava-se no Manifesto dos Pioneiros: "Toda a educação varia sempre em função de uma concepção de vida, refletindo em cada época, a filosofia predominante que é determinada a seu turno pela estrutura da sociedade" (TEIXEIRA, 1984, p. 410).

A educação, para Leão (1917, p. 46) teria sentido social e individual. Individual ao contribuir com a formação da pessoa, devido a necessidade de formar "[...] indivíduos capazes de iniciativa, de esforço, de trabalho; criaturas que aprendam a contar consigo, e tenham confiança em si próprias;" e, social ao contribuir com a pátria: "A escola feita assim é uma disciplinadora admirável, orienta as faculdades pessoais, dá o hábito da atenção e do trabalho desenvolve a solidariedade na vida comum, faz nascer o estímulo, o espírito de nacionalidade, o amor à pátria" (LEÃO, 1918, p. 141). Para o Manifesto dos Pioneiros, a educação deveria "servir não aos interesses de classe, mas aos interesses do indivíduo, e que se funda sobre o princípio da vinculação da escola com o meio social, tem o seu ideal condicionado pela vida social atual, mas profundamente humano, de solidariedade, de serviço social e cooperação" (TEIXEIRA, 1984, p.411).

A educação tornaria o homem apto a produzir se proporcionasse a este uma educação técnica e profissional. Mas, seriam necessários

"cursos profissionais, preparando para diversas carreiras produtivas, o ensino manual das classes, os métodos modernos, criando, desde a escola primária, o amor pelas ocupações práticas, dando possibilidades novas [...]" (LEÃO, 1918, p. 80).

Considerava que a educação profissional poderia contribuir, ainda, para a formação moral e cívica: "A educação prática e profissional do nosso povo será além do mais, o melhor incentivo para a nossa educação moral e cívica" (LEÃO, 1917, p. 30). Essas questões também foram abordadas no Manifesto dos Pioneiros, que destacava a importância da educação para o trabalho, devendo esta

“ser reorganizada de maneira que o trabalho seja seu elemento formador [...] e preparando-o, com o trabalho em grupos e todas as atividades pedagógicas e sociais, para fazê-lo penetrar na corrente do progresso material e espiritual da sociedade [...]” (TEIXEIRA, 1984, p. 417).

Destacava ainda que,

“[...] o trabalho que foi sempre a maior escola de formação da personalidade moral, não é apenas o método que realiza o acréscimo da produção social, é o único método suscetível de fazer homens cultivados e úteis sob todos os aspectos” (p.412).

Leão (1918, p. 74) sugeriu a criação de um órgão federal que se responsabilizasse pela educação. Recomendou a aprovação do projeto do deputado José Augusto, referente à “organização do ensino elementar, pelo Governo Federal, em todo o território da República e a criação de um Conselho Nacional de Educação” (LEÃO, 1918, p.74). Acredita-se que esta reivindicação contribuiu para fomentar a necessidade de um órgão central voltado à educação. Com a criação do Ministério da Educação, em 1930, essa solicitação foi atendida. No Manifesto dos Pioneiros, pede-se que esse ministério organize e fiscalize a educação:

“pelo Ministério da Educação, caberá vigiar sobre a obediência a esses princípios [...] facilitando o intercâmbio pedagógico e cultural dos estados e intensificando por todas as formas as duas relações espirituais” (TEIXEIRA, 1984, p. 415).

Para que o Governo Federal pudesse contribuir efetivamente com o ensino em todo o país, Leão (1918, p. 145) acreditava que seriam necessários recursos, e sugeria “uma fonte de receita fixa para que a educação do povo não esteja sujeita às oscilações de orçamentos”. O Manifesto dos Pioneiros, referindo-se à autonomia econômica deste órgão, defende que apenas poderia efetivar-se esta proposta educacional por meio de

“um *fundos especial ou escolar*, que constituído de patrimônios, impostos e rendas próprias, seja administrado e aplicado exclusivamente no desenvolvimento da obra educacional [...]” (TEIXEIRA, 1984, p. 415).

Apesar das idéias comuns entre Leão e o Manifesto dos Pioneiros, o autor levantou idéias diferentes ou contrárias às contidas no documento. Uma delas se refere à escola laica. No documento (p.413) defendia-se:

“A laicidade, que coloca o ambiente escolar acima de crenças e disputas religiosas, alheio a todo o dogmatismo sectário, subtrai o educando, respeitando-lhe a integridade da personalidade em formação [...]”.

Já Leão afirmava que o importante era a formação moral do homem, que tanto podia ser leiga quanto religiosa, desde que bem dirigida. Todavia, mostrou-se favorável a educação religiosa, visto ter pedido ajuda ao clero para a educação, como pode-se constatar no artigo *Palavras ao Clero*, no livro *Problemas de Educação* (1918). Sugeriu que, além de ajudar na campanha em favor da educação do povo, o clero contribuísse efetivamente com ela:

“ao invés do simples catecismo, tivessem escolas, nas quais, juntamente com a religião, ensinassem as primeiras letras e uma profissão ou um ofício [...] dando à infância, com a moral mais sã, o hábito do trabalho, o amor à ação e a capacidade para produzir” (p. 164).

Também parece contraditório entre Leão e o documento, a idéia referente à responsabilidade do Estado pela educação. Leão (1917, p. 87) pedia que

“o Governo Federal, desviando um pouquinho a sua atenção das questões de ensino secundário e superior de letras, cuide também da capacidade técnica e profissional do povo brasileiro, das suas possibilidades como fator da produção e da riqueza nacional.”

Apoiou o parecer do deputado José Augusto, que autorizava o Governo Federal a influir diretamente para organizar a educação nacional. Acreditava que era essencial a interferência do Estado na educação para solucionar suas dificuldades. O Manifesto dos Pioneiros, responsabilizava o Estado pela educação, por ter esta uma função social:

"[...] decorre logicamente para o Estado que o reconhece e o proclama, o dever de considerar a educação, na variedade de seus graus e manifestações, como uma função social e eminentemente pública, que ele é chamado a realizar, com a cooperação de todas as instituições" (TEIXEIRA, 1984, p. 413).

Todavia, deixava aos estados parte desta responsabilidade, cumpria a doutrina federativa de descentralização, deixando ao Governo Federal apenas o encargo de fiscalização:

"À união, na capital, e aos estados, nos seus respectivos territórios, é que deve competir a educação em todos os graus [...] Ao governo central, pelo Ministério da Educação, caberá vigiar sobre a obediência a esses princípios, fazendo executar as orientações e os rumos gerais da função educacional, estabelecidas na carta constitucional [...]" (p. 415).

Com base nesta comparação, infere-se que entre Leão e o Manifesto dos Pioneiros existem mais idéias em comum do que contrárias. Em comum colocava-se a importância da educação para o povo, educação que deveria desenvolver a pessoa integralmente. Buscando contribuir para adaptar o homem ao novo regime econômico que se colocava, ou seja, capitalista. Educação que deveria ser individual para contribuir ainda mais com a sociedade, isto é, deveria desenvolver as capacidades de cada pessoa para torná-la capaz de contribuir com seu meio social. Para tanto, seria essencial uma preparação para o trabalho, através da educação profissionalizante. Concordavam, ainda, com a necessidade de criação de um organismo nacional que contribuísse para a organização e fiscalização da educação. No entanto, Leão e o

Manifesto discordavam quanto às suas atribuições. O documento, favorável a descentralização, deixava aos estados a responsabilidade de organizar o ensino e ao Governo Federal apenas o poder de fiscalizar. Em contrapartida Leão atribuía ao Governo Federal a responsabilidade de organizar o ensino, principalmente o primário, ou seja, visivelmente favorável à centralização. Tinham ainda como ponto em discordância a laicidade. Leão era favorável ao ensino fornecido pelos religiosos, sugeria apenas que este fosse reorganizado, por outro lado o documento enfatizava a laicidade do ensino.

Todavia, persiste a questão: Por que Carneiro Leão não assinou o Manifesto dos Pioneiros? Questão aguçada após o conhecimento de uma carta de Fernando Azevedo a Anísio Teixeira, às vésperas da edição do documento. Nela, pedia a assinatura de Leão no documento:

“Insisto sobre as assinaturas do Afrânio e do Carneiro Leão. Informe-me com urgência sobre se eles nos deram a sua solidariedade, para eu mandar incluir, com tempo, os seus nomes entre os que assinaram o nosso manifesto” (AZEVEDO, 1932, p. 2).

A palavra *insisto*, pode revelar ter ocorrido um pedido ou conversa anterior sobre esse assunto. Como não se sabe a resposta de Teixeira, fica a dúvida quanto ao motivo da não assinatura de Leão: opôs-se a assinar o documento devido as divergências apontadas acima, ou foi impedido por Anísio Teixeira. Se divergências, estas estavam ligadas apenas às questões educacionais ou políticas? É importante ressaltar que Leão, após o golpe militar, perdeu seu cargo de Secretário da Justiça e Negócios Interiores do Estado de Pernambuco. Por outro lado, Teixeira havia assumido a cargo de secretário no Rio de Janeiro, e estava comprometido com o novo governo. Afirmava em seu discurso:

“[...] ao assumir o cargo de Diretor Geral da Instrução, no Distrito Federal, tenho perfeita consciência de suas graves responsabilidades [...] eu não me sinto livre para recusar o

posto a que me chamou o honrado interventor desta cidade.” (TEIXEIRA, 2002, p. 75).

Azevedo afirma ainda nesta carta, que as idéias contidas no Manifesto dos Pioneiros não eram de um ou outro educador, mas da convergência das propostas educacionais de todos eles:

“[...] já me esqueço de que fui eu quem o escreveu. Ele é obra impessoal. Havia de ter, como teve, um redator. Mas nele se inscreveram, em corpo e doutrina, *idéias e aspirações comuns*, que nos permitem, a mim como a cada um dos signatários, falar dele objetivamente.” (p.2).

Para encerrar, pode-se dizer que, apesar de Carneiro Leão não ter assinado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, ele se inclui entre os que contribuíram para sua elaboração, a qual marcou profundamente o ensino brasileiro no início do século passado e que tem repercussões educacionais até hoje.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria Cristina de Albuquerque. Antonio de Arruda Carneiro Leão. In: FÁVERO, M. L. A. e outros (Org.) **Dicionário de educadores no Brasil - da colônia aos dias atuais**. 2. ed. aum. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/ MEC-Inep-Comped, 2002. p.114-122.

AZEVEDO, Fernando de. Carta a Anísio Teixeira, S. Paulo, 14 mar. 1932. **Fundação Getúlio Vargas/CPDOC** - Arquivo Anísio Teixeira - ATc 31.12.27. Disponível em: <<http://prossiga.br/anisioteixeira/indexa.htm>>. Acesso em: 05 jan. 2003.

LEÃO, Antonio Carneiro. **O Brasil e a Educação Popular**. Rio de Janeiro, Tip. Jornal de Comércio, 1917.

LEÃO, Antonio Carneiro. **Os Deveres das Novas Gerações Brasileiras**. Rio de Janeiro: Soc. Ed. de propaganda dos países americanos, 1923.

LEÃO, Antonio Carneiro. **Problemas de Educação**. Rio de Janeiro, 1918 (microfilme).

LEMME, Paschoal. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e suas Repercussões na Realidade Educacional Brasileira (1933) In: LEMME, Pascoal. **Memórias**. v. 4. Brasília: INEP, 1984. p. 251-277.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira república**. 1ª Reimpressão, São Paulo: E.P.U., 1976.

TEIXEIRA, Anísio. O manifesto dos pioneiros da educação nova. **Revista de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 65,n. 150, p. 407-425, maio/ago, 1984.

TEIXEIRA, Anísio. Discurso de posse do Diretor Geral de Instrução Pública. **Boletim de Educação Pública**. Rio de Janeiro, v.2 n. 1/2, p. 75-76, jan./jun. 1932. Disponível em <www.prossiga.br/anisioteixeira/artigos/discurso:htm>. Acesso em: 10 out. 2002.